

universitária nacional é, portanto, es-
taguada.

O capítulo sobre "Gente trabalhando" é definitivamente de máxima importância para quem estiver interessado (e quem não está?) na aposentadoria, por idade ou tempo de trabalho. Pois Drucker parte do princípio de que o nível de idade de aposentadoria do século passado foi ultrapassado, e hoje a pessoa está apta e deve trabalhar mais tempo. Em contrapartida, há os milhões que querem entrar no mercado de trabalho. Ao todo, considerações importantes, mesmo quando não se concorda com elas.

Ao terminar a leitura amena (pode ser feita em partes, ou pode ser saboreada como um prato de frios), fica a impressão de uma tarde em presença de uma pessoa inteligente, com a qual se pode discutir até altas horas da noite. O livro é isso, um companheiro para uma conversa a dois, o autor e o leitor.

Kurt Ernst Weil

Professor titular no
Departamento de Administração
da Produção e Operações
Industriais da EAESP/FGV e
decano da Congregação.

Ianni, Octávio. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983. 134 p.

Em certo sentido, *Revolução e cultura* vem a ser a retomada de uma série de temas já presentes em trabalho anterior de Ianni, qual seja, *Imperialismo e cultura* (1976). Autor de pelo menos uma dúzia de livros — entre os quais se destacam *O Colapso do populismo no Brasil*, *Raças e classes sociais no Brasil*, *Estado e planejamento econômico no Brasil*, *Ditadura e agricultura* — neste *Revolução e cultura*, dedica-se à América Latina, onde as revoluções burguesas e socialistas levantam "problemas culturais de grande interesse, talvez ainda pouco conhecidos". E a análise desses problemas ajuda na explicação das revoluções, bem como levanta tópicos importantes para o estudo das ciências sociais, das artes, da filosofia, dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Segundo o autor, "toda revolução abre novos problemas de cunho cultural, ao mesmo tempo que recoloca as implicações culturais das lutas sociais passadas. Além de abrir perspectivas novas, cada revolução redescobre o passado e o presente" (p. 9).

Uma das idéias centrais desta obra é a de que, nas ocasiões revolucionárias, a cultura também acaba sendo colocada em xeque, simultaneamente com as condições sociais, econômicas e políticas. A partir dessa perspectiva, vários aspectos da história cultural dos países latino-americanos podem ser examinados: "civilização, barbárie e exotismo; a revolução burguesa e a questão nacional; as relações da ciência, arte e filosofia com os movimentos da sociedade; o compromisso e a distância entre o intelectual e as lutas sociais; as diferenças e as relações entre cultura 'erudita' e 'popular'; o romance da tirania; a transformação das idéias em forças sociais; a cultura do socialismo; a contribuição das revoluções de base operário-camponesa para a teoria da revolução socialista" (p. 9/10).

Ao longo dos sete capítulos de seu texto, Ianni se empenha no sentido de dar conta desses vários aspectos da história cultural arrolados no

parágrafo anterior, sempre procurando evitar que a análise descambe para um tratamento culturalista. Isto é, não perde de vista as perspectivas econômica, política e social e a maneira pela qual elas interagem com a cultura. Através da transcrição e comentário de longos trechos dos escritos de, por exemplo, Simón Bolívar, Ianni elucida o quadro em que se insere a nossa dependência cultural. Em seu *Discurso de Angostura* (1819), Bolívar já falava que "não somos europeus, não somos índios, mas uma espécie de média entre nativos e espanhóis (. . .). Tenhamos presente que o nosso povo não é europeu nem americano do norte; é mais uma mescla de África e América que uma expressão da Europa (. . .). É impossível dizer com propriedade a que família humana pertencemos (. . .). Atado ao triplo jugo da ignorância, tirania e vício, o povo americano não pode adquirir nem saber, nem poder, nem virtude".

Durante todo o período colonial, as sociedades formadas na América Latina se baseavam no trabalho compulsório, principalmente sob a forma de escravatura. Negros e índios foram escravizados com a finalidade de produzir para as metrópoles e para o consumo dos governantes e senhores nas colônias. Na condição de escravos ou semi-escravos viviam os índios, mestiços, negros e mulatos, desenvolvendo-se a partir daí um largo processo de divisão social e racial do trabalho, conduzindo a uma estrutura social rígida (p. 14). No Brasil colônia, a estrutura social apresentou composição semelhante à dos demais países vizinhos, sendo que essa estratificação social e racial persistiu mais ou menos semelhante ao longo do século XIX, ao final do qual se dá a abolição da escravatura. E essa abolição, logicamente, "não apagou de imediato a cultura produzida em cerca de três séculos de trabalho escravo e semi-escravo. Também no século XX entraram os desdobramentos sociais, raciais e culturais do passado escravista, como herança de desigualdades que se recriam com as desigualdades e contradições de classes" (p. 15).

Na seqüência, Ianni explora outros aspectos que anunciara na apresentação de seu livro, quais sejam: a ação do imperialismo norte-americano sobre a região, detalhando um pouco mais a dominação cultural

daquele país sobre Porto Rico, Chile, Cuba e Nicarágua (cap. 3); o cosmopolitismo dos intelectuais e as suas produções, mostrando que ocorre o divórcio entre o intelectual — a “classe culta” — “com a sua produção cultural, por um lado, e o ‘povoação’, camponeses, operários e mineiros, ou índios, negros e brancos, por outro” (cap. 4); as transformações culturais ocorridas em Cuba e Nicarágua, após a irrupção das revoluções antiimperialistas (cap. 6); etc. Além disso, dedica todo um capítulo (“Carnavalização da tirania”) ao comentário de romances, estudos e biografias escritos por latino-americanos acerca da ditadura, da figura do ditador e, enfim, sobre o processo de representação política e das alianças de classes que se estabelecem na região. Para esta empreitada utiliza-se, entre outros, de Jesus de Galindez, Asturias, Roa Bastos, Alegria, Neruda, García Marques, Oduvaldo Viana Filho e Ernesto Gardenal. Assim, “Pablo Neruda, em *Canto geral*, trabalha largamente os verdugos e as oligarquias. Além dos conquistadores e libertadores, camponeses e operários, índios e negros, trabalha as tiranias. . .” (p. 91). Dentro dessa visão, a figura do ditador está presente como produto e símbolo da opressão, do imperialismo: “é longa a procissão dos ditadores, atravessando a História. Cada um segundo o seu tempo: Francia, Diaz, Gomez, Estrada, Ubico, Trujillo, Stroessner, Médico, Pinochet, Anaconda Copper Mining Co., United Fruit Co., International Telephone and Telegraph Corporation (ITT) e outros tantos ainda serão os ditadores neste hemisfério” (p. 92).

Revolução e cultura é indispensável aos que pretendem ter em mãos uma breve história da cultura da América Latina, embora em algumas passagens o autor frustre o leitor, devido ao não-aprofundamento de alguns tópicos. De qualquer maneira, Ianni sempre está com as antenas bem sintonizadas, e oferece o que há de mais atual em cada um dos assuntos aos quais se dedica — e apenas isso já seria motivo suficiente para recomendar a leitura desse livro polêmico e criativo.

Afrânio Mendes Catani

Professor no Instituto de Letras,
Ciências Sociais e Educação
da Unesp (Araraquara).

Ferreira, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não (um modo de agir num mundo em permanente mudança)*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 157 p.

Editado originalmente em 1978, *Planejamento sim e não* passou meio que despercebido, apesar de já ter alcançado sua quarta edição. Nesses cinco ou seis anos nada ou quase nada se falou acerca do trabalho de Whitaker Ferreira, que hoje trabalha na Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego.

Livro curioso e pouco convencional em sua forma e conteúdo, *Planejamento sim e não* conta com mais de uma centena de ilustrações de Claudius e é escrito num tom descontraído, qual seja, o de uma conversa fictícia entre dois amigos que se prolonga de um não menos fictício 19 de setembro a um sábado (ou “quase domingo”), 21 de novembro. Ou, nas palavras do autor, “as páginas que se seguem contêm simplesmente o registro de uma conversa que nunca existiu, os comentários de um ouvinte igualmente imaginário, e uns tantos desenhos sobre os assuntos tratados. Foi a forma que encontramos para evitar o discurso engravatado que deita sabedoria e termina por complicar, amedrontar e mistificar. Quando as coisas em verdade são mais simples e mais sérias, e sempre exigem que inventemos”. E acrescenta, modestamente: “Como toda conversa e todo desenho, este livro somente sugere pontos de reflexão e discussão. Esperamos que possa prestar algum serviço para quem se disponha a utilizá-lo como um pequeno guia de trabalho” (p. 9).

No final dos anos 60, início dos 70, esteve muito em voga o tema do planejamento, com as conseqüentes análises do papel desempenhado pelo Estado (capitalista ou socialista) no processo de planificação. Assim, vieram à tona livros e artigos, no exterior e no Brasil, que analisavam os prós e contras dessa ação (ou intervenção) estatal. Marxistas, liberais, tecnocratas, direitistas empedernidos e

outros — enfim, quase todos — lançaram lenha na fogueira. E o resultado foi uma profusão de publicações em que eram estudadas as mais variadas técnicas de planejamento; onde se defendia a criação de órgãos e autarquias com a função de gerir os projetos que estavam sendo implementados; onde se criticava ou se advojava a excessiva participação do capital estatal no total dos investimentos de várias economias de mercado; em que se procurava conhecer — a nível formativo e analítico — todas as etapas do processo de planejamento nas economias socialistas; etc.

Ultrapassando os modismos de 10 ou 15 anos atrás, Whitaker Ferreira inicia seu trabalho realizando um breve histórico sobre as origens do planejamento, deixando claro que a elaboração de planos “é coisa provavelmente conhecida do homem desde que ele se descobriu com capacidade de pensar antes de agir”. Entretanto, foi com o desenvolvimento comercial e industrial, ocorrido com o capitalismo, “que a preocupação de planejar começou a invadir a área da economia. E daí para diante ninguém mais pode segurar a pressão”. À medida que os negócios dos comerciantes dos tempos iniciais do capitalismo foram se expandindo, a administração das fortunas começou a exigir novas formas de conduta: cada vez mais era necessário “saber prever, antecipar situações, arriscar fundos, lançar projetos de novos negócios, provar aos associados eventuais a probabilidade de ganho. Era um certo tipo de planejamento que começava a ser uma exigência normal da atividade econômica dos ricos da época, cujas ‘escolas de administração de empresas’ eram a prática cotidiana da luta concorrencial” (p. 27/28). Com a industrialização, observa-se a ocorrência de um novo salto qualitativo: a máquina entra para dar maior produtividade à mão-de-obra, “que produzia as mercadorias cuja venda permitia aumentar o capital aplicado e assim ganhar mais poder na luta com os concorrentes (. . .). O problema sendo garantir o mais baixo nível de custos possível e o escoamento adequado dos produtos fabricados, passava a ser necessário prever bem prevista a entrada das matérias-primas, o ritmo das máquinas, as funções dos operários, os horários, o nível dos salários, o comportamento dos mercados. Questões que se tornavam cada vez mais importan-